

O Plano Cohen

Introdução

O Plano Cohen é um documento apócrifo que teve um papel crucial na política brasileira durante a década de 1930. Utilizado como pretexto para a instauração do Estado Novo em 1937, o plano supostamente detalhava uma conspiração comunista para tomar o poder no Brasil. A seguir, exploramos os principais aspectos do Plano Cohen, suas origens, e suas implicações políticas e sociais.

Contexto Histórico

Na década de 1930, o Brasil vivia um período de intensa instabilidade política e social. A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, havia desencadeado uma série de mudanças estruturais no país. No entanto, a ameaça comunista, real ou percebida, era uma preocupação constante para o governo e as elites brasileiras.

A Criação do Plano Cohen

O documento foi supostamente redigido por membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), uma organização de extrema direita liderada por Plínio Salgado. Na verdade, foi elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, integrante da AIB, com o intuito inicial de ser um exercício de simulação de um golpe comunista.

O Conteúdo do Plano Cohen

O Plano Cohen detalhava um suposto plano comunista para realizar atentados, promover greves, e incitar o caos social, com o objetivo final de tomar o poder no Brasil. O documento descrevia ações coordenadas para a tomada de prédios públicos, a execução de líderes políticos e militares, e a sublevação de setores estratégicos da sociedade.

O Plano Cohen

A Divulgação do Plano

Em setembro de 1937, o governo de Getúlio Vargas apresentou o Plano Cohen como prova de uma iminente revolução comunista. A divulgação do documento foi amplamente explorada pela mídia da época, gerando um clima de medo e insegurança entre a população e justificando medidas de exceção.

Consequências Políticas

A apresentação do Plano Cohen teve um impacto direto na política brasileira. Em 10 de novembro de 1937, Vargas decretou o Estado Novo, um regime ditatorial que centralizou o poder e suprimiu liberdades civis e políticas. O pretexto de combate ao comunismo foi utilizado para justificar a censura, a perseguição a opositores e a dissolução dos partidos políticos.

A Revelação da Farsa

Anos após a instauração do Estado Novo, ficou comprovado que o Plano Cohen era uma farsa. Olímpio Mourão Filho confessou que o documento havia sido um exercício fictício e que nunca houve uma real conspiração comunista nos termos descritos. A revelação da fraude, entretanto, veio tarde demais para impedir as transformações políticas já desencadeadas.

Conclusão

O Plano Cohen é um exemplo emblemático de como documentos forjados podem ser utilizados como instrumentos de manipulação política. Sua utilização para justificar o Estado Novo mostra como o medo e a insegurança podem ser explorados para concentrar o poder e restringir liberdades. A história do Plano Cohen continua a ser estudada como um alerta sobre os perigos das narrativas manipuladoras na política.